

Decisão nº 007/2013 ANCINE/SAM
Processo Nº : 01580.032668/2012-47

EMENTA : I – Viacom Networks Brasil Programação Televisiva E Publicidade LTDA., representante legal no Brasil do canal de programação Nick HD. Solicitação de dispensa do cumprimento das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, tal como dispõem o art. 16 da Lei nº 12.485/2011 e o art. 23 da Instrução Normativa nº 100/2012 (IN 100) da Ancine.

II – Fundamento Legal : arts. 23, 35 e 37 da IN nº 100/2012, Portaria nº 306 de 21/12/2012 e Lei nº 12.485/2011.

III – O pleito da requerente não pode ser atendido, tendo em vista o porte econômico da programadora, suas relações de vínculo, associação, coligação ou controle, seu tempo de atuação no mercado audiovisual brasileiro, e número de assinantes do conjunto dos seus canais de programação, o perfil da programação do canal em questão e a hipótese de transferência das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros para outros canais da própria programadora, não aceita por esta. Ademais, há de se levar em consideração o largo intervalo temporal entre a promulgação da Lei nº 12.485/2011 e o início efetivo da obrigação de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, bem como a necessidade de tratamento isonômico entre os agentes de mercado.

IV – Pedido indeferido.

V – Concedido efeito suspensivo do pedido até 10 (dez) dias a partir da publicação.

Assunto: Solicitação de dispensa, submetida pela empresa Viacom Networks Brasil Programação Televisiva E Publicidade LTDA., representante legal no Brasil do canal de programação Nick HD, do cumprimento das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, tal como dispõem o art. 16 da Lei nº 12.485/2011 e o art. 23 da Instrução Normativa nº 100/2012 (IN 100) da Ancine.

Relatório:

Processo 01580.032668/2012-47 aberto em 08/11/2012; Requerimento em fls. 03 a 10; Portaria 306 de 21/12/2012 que atribui a Superintendência de Acompanhamento de Mercado competência decisória sobre a matéria em fl. 11; Portaria nº 196 de 24/08/2012 publicando os fundamentos do pedido nos termos do parágrafo único do art. 37 da Instrução normativa nº 100 de 29 de maio de 2012 em fls. 12 a 15; Consolidação de consulta pública da Ouvidoria em fl. 16; Contribuições individualizadas a consulta pública da Ouvidoria em fls. 17 a 23; Ofício nº 044/2012 – ANCINE/SAM solicitando novas informações à empresa em fls. 24 e 25; Ofício nº 026/2013 – ANCINE/SAM informando os critérios determinados para concessão de tratamento sigiloso a novas informações prestadas em fls. 27 e 28; Instrução de Trabalho - SAM nº 1 de 2013 que dispõe sobre o tratamento sigiloso de informações dos processos de pedido de dispensa do cumprimento das obrigações da Lei 12.485/2011 em fl. 29; Versão não reservada das informações prestadas em resposta ao Ofício 044/2012 em fls. 30 a 36; Despacho 02/2013 – ANCINE/SAM de concessão de tratamento sigiloso às informações prestadas em fl. 37; Nota Técnica nº 010 – SAM em fls. 38 a 51; Ofício nº 060/2013 – ANCINE/SAM informando a requerente da possibilidade de deferimento com observâncias dos §§ 1º e 2º do art. 35 da IN nº 100/2012 em fls. 52 e 53; Resposta da requerente reiterando o

pedido de dispensa e colocando-se contrária a hipótese de transferência de suas obrigações a outro canal de programação em fls. 55 a 57.

Fundamentação:

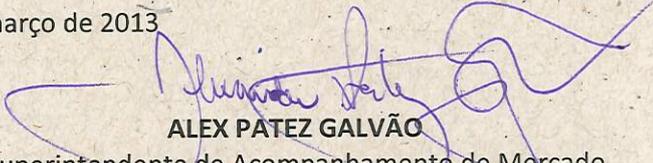
- Tendo em vista os princípios fundamentais que informam a Lei nº 12.485/2011 nos incisos de seu art. 3º, especialmente a promoção da diversidade cultural e das fontes de informação, produção e programação, a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, o estímulo à produção independente e regional e o estímulo ao desenvolvimento social e econômico do País.
- Considerando os critérios de análise de dispensa estabelecidos nos incisos do art. 35 da IN nº 100/2012 desta Agência que regulamentou a referida lei, especialmente os fatores em relação ao porte econômico da programadora, consideradas suas relações de vínculo, associação, coligação ou controle, seu tempo de atuação no mercado audiovisual brasileiro, e número de assinantes do conjunto dos seus canais de programação.
- Observando a análise técnica produzida por esta Superintendência que, além de outros fatores, levou em consideração o perfil da programação do canal em questão e a hipótese de transferência das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros para outros canais da própria programadora, com incremento de 50% (cinquenta por cento) do número de horas transferidas, conforme dispõe os §1º e §2º do art. 35 da IN nº 100/2012.
- Considerando que a hipótese acima, oferecida por esta superintendência como alternativa ao indeferimento do pedido (fls. 52 e 53), foi formalmente recusada pela empresa (fls. 55 a 57).
- Considerando o largo intervalo temporal entre a promulgação da Lei nº 12.485/2011 e o início efetivo da obrigação de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, o que possibilitou à programadora, assim como às suas concorrentes, planejar com antecedência as grades horárias dos seus canais de programação.
- Levando em conta o tratamento isonômico entre os agentes de mercado.

Decisão:

Ánte o exposto, INDEFIRO o pedido de dispensa da Viacom Networks Brasil Programação Televisiva E Publicidade LTDA., representante legal no Brasil do canal de programação Nick HD, do cumprimento das obrigações de veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros.

Concedo o efeito suspensivo do pedido até 10 (dez) dias a partir da publicação desta decisão.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2013



ALEX PATEZ GALVÃO
Superintendente de Acompanhamento de Mercado